

Os erros e acertos do Governo e as perspectivas para 1993, segundo os economistas

A economia crescerá em 1993?

Quais os acertos do Governo?

Quais os erros?

Edmar Bacha,
da PUC/Rio



Teremos algum crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), em mera excitação de demanda, devido à política populista. Já a inflação estará em alta: a definição sobre os rumos do país dependerá da conjuntura política em 1994, quando estará decidido o sistema de governo e será traçado o perfil da revisão constitucional.

O lado positivo do atual Governo está na possibilidade de obter apoio mais amplo no Congresso, do que o obtido pelo governo anterior.

Tendência ao populismo econômico, no lugar da necessária política de austeridade monetária fiscal e do equilíbrio de preços relativos.

João Paulo dos Reis Velloso
ex-ministro do
Planejamento



Acho que o Governo vai conseguir aprovar uma reforma fiscal bastante razoável e, a partir daí, poderá fazer duas coisas delicadas e importantes: redução gradativa das taxas de juros e elevação do nível de atividade. É um equilíbrio de corda bamba, que pode levar a algum crescimento.

De positivo, temos a reforma fiscal: é certo que o Governo se beneficiou de todo um trabalho que já estava feito, mas também é certo que, em apenas um mês, conseguiu enviar ao Congresso seu projeto de reforma fiscal.

As regras precisam ser mais estáveis e mais bem definidas. Não podemos ter surpresas a todo instante. É preciso haver mais estruturação nas decisões do Governo.

Carlos Langoni
ex-presidente
do BC



Sim: algo entre 2% e 3%, por conta da indústria e das exportações. Desde setembro, quando foi superada a pior fase da crise política e com o término do bloqueio dos cruzados, houve reativação do consumo, porque a demanda estava muito reprimida. Quanto à inflação, pode chegar à casa dos 10% a 12% mensais no fim de 1993, se um ajuste fiscal mínimo for feito. Do contrário, o patamar de inflação não mudará.

O fator positivo está na escolha do ministro Paulo Haddad, que optou por não buscar soluções mágicas, pelo menos até agora. Ele não partiu para novas experiências, novos choques.

Falta de coordenação da equipe de Governo, que tem uma enorme diversidade de opiniões. Isso confunde o mercado, a opinião pública e atrapalha o combate à inflação.

Roberto Campos
deputado federal
e ex-ministro
do Planejamento



A persistir a indefinição da política econômica atual, ninguém vai investir e continuaremos em recessão. A solução seria uma reforma fiscal diferente desta que o Governo mandou para o Congresso: ela é recessiva porque aumenta a carga fiscal dos que já pagam, desencoraja a contratação de empregados, agravando a informalização da economia. A situação é difícil e este projeto trará pouco adicional de receita.

Os itens da reforma que fazem com que as estatais estejam sujeitas à lei de concordatas e falências e que estabelecem que os Estados dêem o ICMS e o fundo de participação com garantia. Outro dado positivo: auditoria nas estatais.

O adiamento do programa de privatização e o uso do controle das tarifas públicas como instrumento de combate à inflação.

Cláudio Considera
Coordenador
do Grupo
de Conjuntura
do Ipea



Com este ajuste mínimo, que começou a ser feito com a mudança no Imposto de Renda da pessoa jurídica, o Governo poderá reduzir um pouco as taxas de juros. Não se retoma o crescimento, mas também não se repete a recessão de 92. Poderemos ter um crescimento tímido de até 2%, com pequena queda da inflação.

Uma vitória foi que, em pouco tempo, o Governo enviou seu pacote de ajuste fiscal ao Congresso. Pode-se dizer que a questão já estava sendo estudada há muito tempo, mas o que foi aprovado acabou sendo bastante diferente do que estava sendo proposto antes.

As propostas heterodoxas que surgiram nas últimas semanas, em nome de pessoas que seriam assessoras do presidente. Propostas que acabavam não tendo dono e só provocaram confusão entre os agentes econômicos.

Sérgio Werlang
Fundação Getúlio
Vargas (FGV)



Pode haver crescimento, mas apenas algo ao estilo de 1989. E isso também vale para a inflação: corremos o risco de ter taxas muito altas. Os motivos são muitos: o ajuste fiscal não será profundo, os cem mil postos de trabalho que foram eliminados na reforma administrativa serão reativados, aumentos reais para o mínimo, etc.

A única coisa positiva que se vê até agora é a vitória no que diz respeito à constitucionalidade do Finsocial. E também o fato de o Governo ter mantido a abertura do comércio exterior.

A suspensão do processo de privatização, a indexação do salário-mínimo ao dólar, a redução de juros e a reforma das patentes, que foi retirada.